

GEOPOLÍTICA DO CAOS

Ignacio Ramonet, 3.^a Edição, Vozes, 1999, Petrópolis, ISBN 85-326-1983-5

A Geopolítica do Caos é uma daquelas obras em que a matriz cultural francesa reverbera por todas as faces.

A defesa estremes da razão; a punção crítica dessa mesma razão levada até às últimas consequências, por vezes unilateralmente; a necessidade de exposição pública, justíssima na medida em que a legítima indignação promove a compreensão e esta nos leva a uma maior indignação, mas que também tem a sua quota-parte de fogo-fátuo enquanto mera retórica agónica; todos estes são ingredientes de sobra que podemos encontrar no ensaio de Ramonet, dotando o livro de um interesse muito vivo, contrariando uma pastosa tendência sociológica actual tendente a um objectivismo seráfico por parte das ciências sociais, que já ninguém, nem mesmo nas ditas “ciências duras”, descortina em lado algum.

A tese principal que decorre do discurso de Ramonet é a de que na era da globalização e contrariamente a uma suposta Nova Ordem Mundial anunciada após a Guerra do Golfo e na sequência dos conjunto de acontecimentos relatáveis à queda do Muro de Berlim, a geopolítica tornou-se caótica, podendo mesmo falar-se de uma geopolítica do caos (p.149). A razão para tal denominação reside no universo globalitário, que assenta nos paradigmas do mercado e da comunicação, os quais governam como pensamento único (sic) e excluyente, apostados na desregulação neoliberal, estimulando a incerteza até um grau paroxístico, i.e., caótico.

Para além das incertezas geradas pela grande mutação civilizacional deste fim de século e dos efeitos não desejados a ela associados, é a própria desregulação e desregulamentação intencional que catalisam uma “ordem caótica”. O que toda essa desregulação, por mor do económico-financeiro, da mercantilização do mundo (da imposição do sistema sobre o mundo da vida, para utilizar uma linguagem habermasiana), pode acarretar e já está a fazê-lo é a completa subalterнизação do político. Sendo o político a salvaguarda dos cidadãos, hoje “a liberdade de expressão dos cidadãos sofre directamente a concorrência da “liberdade de expressão comercial”, apresentada como um novo direito do homem. Assiste-se então a uma tensão entre a “soberania absoluta do consumidor” e a vontade dos cidadãos garantida

pela democracia” (p.139). A democracia, embora ideologicamente segura, acaba assim apenas por servir um grupo de privilegiados, tanto das sociedades do Norte relativamente às facilidades do Sul, como mesmo dentro das primeiras, por força do domínio dos mecanismos financeiros, o que supõe o controlo ou meta-controlo das redes de informação (p.60). Ora, o político a que Ramonet se refere é a democracia haurida da tradição republicana e do humanismo cívico, baseada na assunção positiva e não meramente negativa dos direitos. Nesse sentido, é a participação cívica enquanto política e nomeadamente a convergência da mesma na figura central do Estado, na boa tradição regalista francesa, que Ramonet vê perigar. Ramonet chega a afirmar (p.101), em crítica aos nacionalismos recidivos que também vê exponenciados pela nova desordem mundial, que a França é o único Estado europeu com uma concepção laica e republicana (não étnica) de nação. O Estado-Nação veste então um pouco o papel de herói trágico no discurso de Ramonet, acometido como é esse Estado por movimentos de fissão e cisão. Não que Ramonet não tenha em conta os novos desafios globalitários implicando respostas transfronteiriças. Ramonet vê com bons olhos modelos federalizantes como a União Europeia (p.154). Aquilo a que não assente é a uma globalização desreguladora e desregulamentadora dos mecanismos de equilíbrio social, que para ele querem dizer, justiça social, progresso e bem-estar.

O que nos podemos interrogar é se para defender ou acometer o desenvolvimento de tal desiderato, uma ideia de participação pública, cidadã, comunicacional e multicultural *à la* Habermas não é mais adaptada, eficaz e mesmo mais justa que a tradição regalista (no caso quer-me parecer que até hegeliana), que confunde a razão com o Estado (obviamente numa tradição *aufklärer* que, *pace* más leituras, é também a de Hegel, ainda que no filósofo alemão possa seguir igualmente por outras veredas).

Mas é exactamente a defesa *à outrance* da razão a dimensão mais perturbadora do discurso de Ramonet. O ensaísta francês defende que o paradigma de comunicação global aferidor da lógica de mercado, a qual tem como modelo central os mercados financeiros (p.67), valoriza a teoria dos jogos e a teoria do caos sobre a mecânica newtoniana. É então numa nova mecânica, ou na ausência dela (a incerteza e instabilidade), em que assenta o sistema PPII (planetário, permanente, imediato e imaterial). Todas estas são características que a Ramonet fazem

lembrar os atributos divinos (de um Deus ockhamista, ou assim interpretado como tal, i.e., perfeitamente arbitrário). Destes atributos de ubiquidade e onnipotência, ou também por via deles, derivam todas as irracionaisismos contemporâneos, que Ramonet pormenoriza nos capítulos “Ascensão do Irracional” e “A Manhã das Tribos”. Só por uma vez (p.82) Ramonet dá a entender que a ligação entre capital, indústria e ciência é responsável por alguns dos mais graves males planetários. Mas Ramonet rapidamente inflecte o discurso e jamais explora esta via acerca dos fundamentos da tecno-ciência enquanto razão instrumental, colonizadora das demais dimensões socio-políticas. O objectivo, está claro, é salvaguardar a razão. Mas até que ponto uma democracia protectora dos excluídos e aberta a uma nova geração de direitos, tal como é defendida por Ramonet, não está prisioneira desses exclusivismos racionalistas, de uma razão arrogante e pouco prudente que, tanto domina o sistema causal mas não as consequências dos seus actos. E desta forma, identificando de alguma maneira a globalização com o despertar de irracionaisismos, até que ponto não é Ramonet unilateral, vendo apenas o caos onde se podem encontrar novas potencialidades para o desabrochar do outro, função do carácter bifronte da globalização, como quer e parece-nos que bem, James Clifford.

Ramonet afirma que o paradigma da comunicação de libertador se tornou, provavelmente, na grande superstição do nosso tempo (p.152). É assim o respeito pelo segredo de que nos fala Derrida (e não a denegação da comunicação), da reserva que em todo o outro é incomensurável a uma total presentificação e que por sua vez é condição de informação, de nomeação que nos insta a que não deixemos o outro no esquecimento (Derrida in Chantal Mouffe, *Desconstrucción y Pragmatismo*, Barcelona, Paidós, 1998, p.157), que pode estar em perigo por força de uma imediatez dromológica e mercantil. Mas não permitirá também a globalização a criação de nichos que preservem essa reserva contra uma sobre-exposição política? Certamente que esses nichos poderão não passar afinal de guetos de excluídos do acesso à palavra. Ramonet poderia obstar isso mesmo com inteira razão. Mas não se percebe como a ilusão de um razão forte em termos sociais e para mais regalista, ainda que renovada, poderá resolver o problema. Porquê não procurar nos interstícios da globalização, do que há, certamente com um espírito muito crítico (*à la* Ramonet) relativamente à

realidade vigente, os fios da contingência, para ir construindo outra coisa. Porque não opor ao diagnóstico duro do conhecimento, em nome de uma razão que supostamente domina gnoseologicamente as coisas, a imaginação prudente e criativa da esperança?

Uma palavra final para a tradução, acertada, na esteira das traduções que ultimamente têm chegado do Brasil e que vão fazendo esquecer uma triste tradição anterior.

António Horta Fernandes